

PERIODICIDADE
QUADRIMESTRAL
N.º 2 – Ano 1 – Julho 2012

DIRECTOR
Raul Manuel Estróia Faleiro

PROPRIEDADE
Associação de Praças

MORADA
Rua Varela Silva, Lote 12 – Loja B,
Ameixoeira 1750-403 Lisboa
GPS: N38°47'9.27"
W9°9'32.22"

ADMINISTRAÇÃO E REDACÇÃO
Rua Varela Silva, Lote 12 – Loja B,
Ameixoeira 1750-403 Lisboa
Tel.: 217 552 939
Fax: 214 056 487

ÓRGÃOS SOCIAIS
direccao@apracas.pt
geral@apracas.pt
assgeral@apracas.pt
confiscal@apracas.pt

DEPARTAMENTOS E SECÇÕES
congresso@apracas.pt
delegados_marinha@apracas.pt
delegados_exercito@apracas.pt
delegados_faerea@apracas.pt
rel_publicas@apracas.pt
protocolos@apracas.pt
webmaster@apracas.pt
motoapa@apracas.pt

COMISSÕES DE TRABALHO PERMANENTES
fardamento@apracas.pt
vencimentos@apracas.pt
acciao_social@apracas.pt
higiene_seguranca@apracas.pt
carreiras@apracas.pt

ENDEREÇO DA AP NA INTERNET
<http://www.apracas.pt>

E-MAIL DA REVISTA DA AP
revista_hapracas@apracas.pt

DESIGN GRÁFICO
Associação de Praças

IMPRESSÃO
Tipografia da ADFA
Tel. 218822480 / 1 / 2 / 3
Fax: 218822486
Email: tipografia.adfa@sapo.pt

NIF
n.º 504 787 756

REGISTO ERC
n.º 124981

INPI
n.º 470/287

DEPÓSITO LEGAL
n.º 247668/06

TIRAGEM
2000 Exemplares

Nota: Os artigos publicados e assinados são responsabilidade dos autores e podem não traduzir as posições da AP.

legislação

Lei n.º 64-B/2011 de 30 de Dezembro
– Lei O.E. 2012
Estabelece o seguinte:

Artigo 43.º
Alteração ao Dec. Lei n.º 320 -A/2000,
de 15 de Dezembro

O artigo 21.º do Regulamento de Incentivos à Prestação de Serviço Militar nos Regimes de Contrato e de Voluntariado, aprovado pelo Decreto -Lei n.º 320 -A/2000, de 15 de Dezembro, alterado pelos Decretos -Leis n.ºs 118/2004, de 21 de Maio, e 320/2007, de 27 de Setembro, e pela Lei n.º 55 -A/2010, de 31 de Dezembro, passa a ter a seguinte redação:

Artigo 21.º
Prestações após o termo da prestação do serviço militar

3 — Não há lugar ao pagamento de prestação pecuniária a que se refere o n.º 1 nas seguintes situações:

a) Quando, durante o serviço efetivo, o militar obtenha provimento em concurso para serviço ou organismo da Administração Pública ao abrigo do previsto nos artigos 30.º, 33.º, 34.º e 35.º do presente Regulamento;

b) Quando o vínculo contratual não seja renovado por iniciativa do militar ou seja rescindido por motivos imputáveis ao mesmo.

Subsidio por Morte

Artigo 52.º
Alteração ao Decreto -Lei n.º 498/72, de 9 de Dezembro.

O artigo 83.º do Estatuto da Aposentação, aprovado pelo Decreto -Lei n.º 498/72, de 9 de Dezembro, passa a ter a seguinte redação:

Artigo 83.º
1 — As pessoas de família a cargo dos aposentados terão direito a receber, por morte destes, um subsídio correspondente a um número de pensões igual ao dos meses de vencimento que a lei concede por morte dos servidores no ativo, com o limite máximo de seis vezes o indexante dos apoios sociais.

Artigo 53.º
Alteração ao Decreto -Lei n.º 223/95, de 8 de Setembro

1 — Os artigos 7.º e 14.º do Decreto -Lei n.º 223/95, de 8 de Setembro, passam a ter a seguinte redação:

Artigo 7.º
O subsídio por morte é igual a seis vezes o valor da remuneração mensal, suscetível de pagamento de quota para a Caixa Geral de Aposentações, a que o funcionário ou agente tem direito à data do seu falecimento, com o limite máximo de seis vezes o indexante dos apoios sociais.

Artigo 203.º
Subvenções mensais vitalícias
A partir de 1 de janeiro de 2012, os titulares de subvenções mensais vitalícias que exerçam quaisquer atividades privadas, incluindo de natureza liberal, só podem acumular a totalidade da subvenção com a remuneração correspondente à atividade privada desempenhada se esta for de

valor inferior a três vezes o Indexante dos Apoios Sociais (IAS).

O valor do IAS (Indexante dos Apoios Sociais) em 2012 é de **419,22 euros**.

Lei n.º 7/2012, 13FEV
Regulamento das Custas Processuais (RCP)

Altera o Decreto-Lei n.º 34/2008, de 26 de Fevereiro) indicando quais as novas condicionantes (nomeadamente as 20 situações de isenção de pagamento e as situações de agravamento) e valores para as taxas de justiça a aplicar em 2012, entre outros. O conceito de Unidade de Conta, determinante para apurar os valores a pagar pela justiça, corresponde a 1/4 do valor do IAS, ou seja, 419,22€ a dividir por 4 o que corresponde a 104,8€.

Despacho do CEMA
N.º 4/2012, de 26 de Fevereiro
Indemnizações. Abate antes do tempo mínimo QP.S.

Portaria n.º 82/2012, 29MAR
Altera o regulamento que define o modo de elaboração, contabilização, liquidação, pagamento, processamento e destino das custas processuais, multas e outras penalidades no sentido de aplicar a todos os processos judiciais o mesmo regime.

Portaria n.º 88/2012, de 30 de Março
Especifica as profissões regulamentadas abrangidas no setor da defesa nacional e designa a respetiva autoridade competente para proceder ao reconhecimento das qualificações profissionais.

Portaria n.º 110/2012, de 26 de Abril
Primeira alteração à Portaria n.º 50/2011, de 27 de janeiro, que estabelece as modalidades de concurso para ingresso na categoria de praça do quadro permanente da Marinha.

Lei Orgânica n.º 1/2012, de 11 de Maio
Assembleia da República
Segunda alteração à Lei n.º 44/86, de 30 de setembro (Regime do estado de sítio e do estado de emergência)

Lei n.º 20/2012, de 14 de Maio
Primeira alteração à Lei n.º 64 -B/2011, de 30 de dezembro (Orçamento do Estado para 2012), no âmbito da iniciativa para o reforço da estabilidade financeira.

Artigo 20.º -A
Promoções

1 — Durante o ano de 2012 podem ocorrer promoções de militares das Forças Armadas e da Guarda Nacional Republicana, de pessoal com funções policiais da Polícia de Segurança Pública, de pessoal da Polícia Marítima e de outro pessoal militarizado e de pessoal do corpo da guarda prisional, mediante despacho prévio dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da tutela, justificada que esteja a sua necessidade.

2 — Do disposto no número anterior não pode resultar o aumento da despesa com

pessoal nas entidades em que se verificarem as promoções.

3 — Os efeitos remuneratórios das promoções referidas no n.º 1 apenas se verificam no dia seguinte ao da publicação do diploma de promoção.

4 — O tempo de serviço prestado em 2012 releva para efeitos de promoção, não se aplicando o disposto no n.º 5 do artigo 20.º

Despacho CEMA, n.º 35/2012
de 18 de Maio

Normas gerais de atribuição e utilização das habitações na Marinha.

Portaria n.º 211/2012, de 21 de Maio
Define o início da missão da Força de Recação Imediata que visa garantir a evacuação de cidadãos Portugueses, a partir do território de Guiné-Bissau.

Acórdão do Tribunal Constitucional
n.º 229/2012, de 23 de Maio

Declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, da norma constante da parte final do n.º 1 do artigo 51.º do Regulamento de Disciplina Militar, aprovado pela Lei Orgânica n.º 2/2009, de 22 de julho, na medida em que prevê que o cumprimento da pena de prisão disciplinar tenha lugar logo após ter sido negado provimento ao recurso hierárquico apresentado, sem que seja garantida, no Regulamento de Disciplina Militar, a possibilidade de impugnação junto do tribunal competente, em tempo útil.

Lei n.º 23/2012, de 25 de Junho
Procede à terceira alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro de 2009. Esta alteração vai entrar em vigor no próximo mês de agosto.

Decreto-Lei n.º 133/2012,
de 27 de Junho

Altera os regimes jurídicos de proteção social nas eventualidades de doença, maternidade, paternidade e adoção e morte previstas no sistema previdencial, de encargos familiares do subsistema de proteção familiar e do rendimento social de inserção, o regime jurídico que regula a restituição de prestações indevidamente pagas e a lei da condição de recursos, no âmbito do sistema de segurança social, e o estatuto das pensões de sobrevivência e o regime jurídico de proteção social na eventualidade de maternidade, paternidade e adoção no âmbito do regime de proteção social convergente.

Portaria n.º 184/2012, de 12JUN
Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 83.º da Lei n.º 5/2006, de 23 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei n.º 12/2011, de 27 de abril, fixa a quarta alteração à Portaria n.º 934/2006, de 8 de setembro, que aprova o Regulamento de Taxas para licenças de uso e porte de arma.

Acórdão do Tribunal Constitucional
n.º 353/2012

Inconstitucionalidade da suspensão do pagamento de subsídios de férias e de Natal.